

O presidente José Sarney rejubila-se demasiado rapidamente com resultados imediatos da política econômica, aparentemente sem pensar que talvez sejam fugazes. O Plano Cruzado do sr. Dilson Funaro foi para ele uma experiência amarga, da qual pôde extrair algumas lições, inclusive a de que a prudência deve sobrepor-se às outras virtudes, conforme o aviso de São Tomás de Aquino. O presidente não chegou à serenidade do filósofo cristão, pois não pode apartar-se do imediatismo, mas a experiência parece ter-lhe ensinado alguma coisa.

É o que nos ocorre após tomar conhecimento das declarações, um tanto conflitantes, feitas ontem pelo presidente da República. Em sua Conversa ao Pé do Rádio, expressou ele seu entusiasmo com o crescimento econômico do País, depois de haver anunciado três planos de expansão e de não ter vacilado em proclamar que estamos vencendo a guerra contra os preços e que toda a economia dá sinais de recuperação. Horas depois, em sua entrevista com a imprensa, assumia posição bem mais realista, ao dizer: "O Brasil tem grandes projetos e não tem recursos". Mostrava-se também muito mais cauteloso ao falar na nova política salarial e ao encarecer a necessidade de se administrar com prudência os preços na economia.

Parece-nos mais cabível comen-

tar a entrevista coletiva do presidente da República, na qual se mostrou mais preciso e analítico, com grande lucidez, os princípios da política salarial, a despeito de não haver escapado a algumas contradições. Enquanto a reforma da política salarial na ordem do dia, foi este o assunto a que dispensou maior atenção. Em nosso editorial de ontem, alertamos o governo para a inconveniência de optar por um abono, que poderia estabelecer um precedente perigoso, por objetivar contrabalançar a perda de poder aquisitivo sofrida pelos assalariados de baixa remuneração decorrente do imperioso aumento das tarifas do transporte urbano.

O presidente, que se mostrou sensível aos argumentos do ministro do Trabalho, teve a habilidade de apresentar o abono como uma nova política em relação ao salário mínimo, que se comprometeu a majorar de 60 %, em valor real, em seus dois anos (?) de mandato. Já tivemos ocasião de ressaltar a necessidade desse aumento do salário mínimo. Mas ela não justifica a decisão de conceder um abono a todos os assalariados que percebem até cinco salários mínimos, que vem abrir uma brecha (ainda que o abono seja irrisório...) na política salarial traçada pelo próprio governo.

O presidente Sarney foi, porém, muito feliz, na entrevista coletiva, ao falar nas ilusões salariais provocadas por uma escala móvel de salários,

ainda que, por sua decisão, caia em contradição com o que sustentou com firmeza. Lembrou muito bem que, na corrida contra a inflação, o trabalhador sempre perde. A recente experiência do *gatilho salarial* mensal ilustra bem sua afirmação. De nada vale majorar os salários segundo uma escala móvel se isso resulta em incremento da inflação, contra a qual os que vivem de seu suor estão desarmados. O presidente lembrou que não se pode fortalecer o poder aquisitivo dos salários além do poder da capacidade de produção do País: o Plano Cruzado, que cedeu a tal tentação, gerou como frutos o ágio, a crise de abastecimento e a hiperinflação.

A preocupação do governo deve ser a contenção da inflação, que constitui melhor modo de avigorar o poder aquisitivo da população. O presidente não expôs, entretanto, à imprensa, os meios de se atingir esse objetivo. Não deixamos de louvar seu empenho em administrar com realismo a política de preços e em evitar o regime de indexação para os salários (que o novo abono, todavia, parece instituir...), mas teríamos estimado ver o presidente da República dar maior ênfase à questão da redução do déficit público.

Ele deu ênfase, sim, à necessidade de o País crescer e tirar o atraso tecnológico de sua indústria. Salientou, mas não com tanta força como o fez, na véspera, o ministro da Indús-

tria e do Comércio, a necessidade de abrir o País, isto é, de favorecer o afluxo do capital estrangeiro. Notou que o Brasil, para crescer, necessita de maior poupança, o que significa, para ele, aumento da carga tributária líquida, a qual baixou antes em razão do aumento das transferências do que da redução da tributação.

Poder-se-ia admitir a revisão da política tributária, para que se torne mais justa. Como deixar, porém, de assinalar a ineficiência do setor público, a necessidade de privatizar a economia e, sobretudo, de reduzir tantos gastos inúteis? O governo está anunciando um novo *pacote* tributário, isto é, sua intenção de taxar o capital. É possível que, deste modo, não chegue a estimular os investimentos privados, tão necessários, e sem os quais não se conseguirá criar empregos e combater eficazmente a inflação.

O presidente aprendeu alguma coisa com o malogro do Plano Cruzado, mas deveria atentar para o exemplo de outros países que perceberam que o desenvolvimento exige o concurso do setor privado e o respeito pelos mecanismos do mercado.

N. da R. — Por lapso técnico, como os leitores terão observado, as segunda e terceira Notas de ontem saíram com seus títulos trocados, além de os respectivos textos terem sido colocados em posição de destaque contrária às normas.